



A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR CAPACITADO PARA O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

THE IMPORTANCE OF TEACHER TRAINING QUALIFIED TO MEET THE DIVERSITY OF SPECIAL EDUCATION IN REGULAR EDUCATION

Daiane Alencar Ferreira
Instituto Educacional Santa Catarina (IESC)
E-mail: daianealencar2001@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9376-3188>

Joseane de Souza Neves
Instituto Educacional Santa Catarina (IESC)
E-mail: josiane-htinha-pa@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4604-4554>

Zilma Cardoso Barros Soares
Instituto Educacional Santa Catarina (IESC)
E-mail: zilma_pedagoga@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2812-7121>

RESUMO

Historicamente a educação especial remonta a antiguidade, quando algumas civilizações já procuravam abordagens diferenciadas para atender as necessidades educacionais de pessoas com deficiência. Este estudo teve por objetivo geral, refletir sobre a importância do professor capacitado em educação especial nos anos iniciais. Além de, descrever a dificuldade dos professores com os alunos com necessidades especiais; comparar as dificuldades enfrentadas pelos professores nas unidades de ensino nos anos iniciais; analisar as políticas públicas que tratam sobre educação especial e sua implementação nas redes de ensino. O tipo de pesquisa a ser realizada será uma revisão bibliográfica, onde serão pesquisados livros, dissertações e artigos científicos. O método de revisão bibliográfica do estudo incide no procedimento de investigação como pesquisa qualitativa e descritiva. Como critérios de inclusão, foram inseridos materiais que condiziam com a temática da pesquisa, escritos nos idiomas português, escritos na íntegra, sem duplicação e publicados na última década.

Palavras-chave: Professor Capacitado. Educação Especial. Ensino Regular. Diversidade.

ABSTRACT

Historically, special education dates back to antiquity, when some civilizations were already looking for different approaches to meet the educational needs of people with disabilities. The general objective of this study was to reflect on the importance of teachers trained in special education in the early years. In addition to describing the difficulty of teachers with students with special needs; compare the difficulties faced by teachers in teaching units in the early years; to analyze the public policies that deal with special education and its implementation in the education networks. The type of research to be carried out will be a bibliographical review, where books, dissertations and scientific articles will be researched. The bibliographic review method of the study focuses on the investigation procedure as a qualitative and descriptive research. As inclusion criteria, materials were included that matched the research theme, written in Portuguese, written in full, without duplication and published in the last decade.

Keywords: Qualified Teacher; Special education; Regular education; Diversity.

INTRODUÇÃO

A importância de ter professores capacitados em educação especial tornou-se de suma importância, quando as pessoas passaram a compreender a realidade dos professores e suas dificuldades, é notória a escassez de professores capacitados para lidar com a realidade de seus alunos da educação especial. Sendo que, esta situação requer profissionais capacitados para lidar com os diferentes tipos de necessidades especiais no âmbito escolar, desde o seu agir até a forma como ensinam.

Há muita discussão sobre a educação inclusiva, ou seja, se os alunos com necessidades especiais têm direito ao ensino regular, e os professores também visam entender a realidade desse aluno, e trabalhar com a escola para encontrar meios de ensino que introduzam esse aluno nas atividades propostas pela instituição de ensino, ao meio em que encontra e aos colegas. Como todos sabemos, a Declaração de Salamanca (1994) formulada pelas Nações Unidas, apontando que a sociedade avançou

em direção aos paradigmas de inclusão, mas esse fator real não está acontecendo de fato porque os professores precisam saber lidar com diferentes tipos de necessidades. E para isso é preciso possuir formação específica em educação especial.

Este estudo teve por objetivo geral, refletir sobre a importância do professor capacitado em educação especial nos anos iniciais. Além de, descrever a dificuldade dos professores com os alunos com necessidades especiais; comparar as dificuldades enfrentadas pelos professores nas unidades de ensino nos anos iniciais; analisar as políticas públicas que tratam sobre educação especial e sua implementação nas redes de ensino.

Diante disso, faz-se necessário um estudo aprofundado de como deveria ser a capacitação do profissional docente para atuar frente a sala de aula onde existe uma criança com algum tipo de necessidade especial, para que esse aluno seja incluído no meio escolar com eficiência.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao longo dessa pesquisa utilizou-se de vários títulos e autores para o desenvolvimento dos resultados e discursões, o quadro abaixo faz referência aos principais autores descritos neste artigo.

Ano	Título	Objetivos	Autor
2020	Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial	Analisar a formação e a atuação das(os) professoras(es) das SRM da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.	Anna Augusta Sampaio De Oliveira; Rosângela Gavioli Prieto
2018	Reflexões Sobre A Formação Dos Docentes Que Atuam Com Atendimento Educacional Especializado No Município De Campos Dos Goytacazes/RJ.	Identificar a formação dos docentes que atuam no atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes/ RJ	Ana Luiza Barcelos Ribeiro; Bianka Pires André
2021	Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais:	Discutir a atuação do professor de Educação Especial no contexto	

	reflexões sobre a atuação do professor de educação especial.	educacional dos Institutos Federais.	Ana Paula Zerbato; Carla Ariela Rios Vilaronga; Jéssica Rodrigues Santos
2017	Educação inclusiva: um olhar do educador da escola pública	Identificar as percepções desses professores em relação à participação da escola nesse processo e ao funcionamento do Atendimento Educacional Especializado.	Bruna Fernanda Pacheco Pereira Lenir Gomes Ximenes
2017	A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?	A importância de ressignificar e inovar as formas de ensinar, independentemente, se os alunos possuem ou não alguma necessidade educacional especial.	Annie Gomes Redig; Cristina Angélica Aquino De Carvalho Mascaró; Flávia Barbosa Da Silva Dutra

Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

Como critérios de inclusão, foram incluídos materiais condizentes com a temática da pesquisa, escritos em português, na íntegra, sem duplicação e publicados na última década. Foram excluídos da revisão artigos de jornais e revistas não científicas e postagens em sites, blogs, e mídias sociais. As palavras-chave utilizadas foram: Professor capacitado; Inclusão; Educação Especial; Ensino Regular.

REVISÃO DE LITERATURA

História Da Educação Especial

Historicamente a educação especial remonta a antiguidade, quando algumas civilizações já procuravam abordagens diferenciadas para atender as necessidades educacionais de pessoas com deficiência. No entanto, somente a partir do século XVIII houve um avanço significativo com relação a essa área da educação.

Levando em consideração que alguns pesadores como o suíço Johnn Heinrich Pestalozzi, e os franceses Jean Marc Gaspard Itard e Édouard Séguin, acreditavam que essa educação deveria ser inclusiva e individualizada, adaptadas as necessidades específicas de cada estudante.

Somente a partir do século XIX, com o surgimento das primeiras instituições especializadas para realizar o atendimento a pessoa com deficiência, houve-se um progresso quanto a educação especial. Escolas essas, dedicadas exclusivamente a alunos portadores de deficiência visual, surdez e mental.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR CAPACITADO PARA O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR. Daiane Alencar Ferreira; Joseane de Souza Neves; Zilma Cardoso Barros Soares. JNT -Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023.FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE SETEMBRO Ed. 45. VOL. 1. Págs. 104-116. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

No início do século XX, a educação especial passou a ser reconhecida como direito humano. E em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamou que a educação é um direito de todas as pessoas, sem qualquer discriminação.

Diante disso, o movimento dos direitos civis ganhou força em todo o mundo, incluindo a luta por uma educação inclusiva e igualitária para pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, reafirmou a importância de garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Atualmente, a educação especial busca promover a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, por meio de adaptações curriculares, suporte pedagógico especializado e formação de professores. O objetivo é assegurar a igualdade de oportunidades educacionais e possibilitar o desenvolvimento pleno de cada estudante, independentemente de suas diferenças e limitações.

Quando se fala da importância de professores capacitados em educação especial para atender desde o início da vida estudantil os alunos com necessidades especiais, é importante entender qual a real abrangência desse ensino e, o que as instituições de ensino superior vem oferecendo a seus graduandos ao longo do seu curso. No entanto, vale ressaltar que o currículo de licenciatura em pedagogia abrange várias áreas de atuação, destacando que o profissional de educação para atuar no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais deve compreender as particularidades desse alunado para que haja a inclusão deles no ambiente escolar como sujeito de direito, e assim possa promover um ensino-aprendizagem de qualidade.

O esforço conjunto de estudiosos, profissionais da educação, pelos direitos de pessoas com deficiência e a organizações da sociedade civil organizada culminaram na mudança de paradigmas no que se refere à proposta de inclusão social e regular de alunos que precisam de atendimento educacional especializado (AEE), que até então, eram consideradas “anormais”, segregados do convívio social e impossibilitados de desenvolverem suas capacidades motoras, cognitivas e sociais. Neste sentido, destaca-se que as mudanças no sistema educacional do Brasil referente à Educação Especial aconteceram com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), ao assegurar em seu art. 58 que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

Antes dessa lei, era ofertada uma escola regular para atender os alunos considerados “normais” e uma escola especial para atendimento crianças com necessidades especiais. Contudo, essa modificação na legislação propiciou o surgimento da proposta educacional inclusiva, onde os alunos com deficiência passaram a ser incluído na sala de aula do ensino regular, recebendo de acordo com a sua deficiência atendimento especializado em caráter complementar e suplementar nas salas de recursos pedagógicos multifuncionais.

Conforme instituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu art. 1º.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015).

É notório que essas mudanças no contexto da educação especial brasileira vêm exigindo uma serie de adaptações dentro das unidades escolares, e na formação de profissionais capacitados, para que seja desenvolvida uma educação de qualidade as pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado, visando a inclusão escolar no ensino regular e social desse indivíduo.

A educação inclusiva tem um conceito que visa proporcionar oportunidades iguais para todos os alunos, independentemente das suas necessidades especiais. No contexto do ensino básico, a formação de professores qualificados para participar da diversidade da educação especial tornou-se fundamental para promover a integração dessas crianças.

Sendo assim, ressalta-se que John Dewey defendia que a escola deve ser um ambiente inclusivo, onde todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham direito a uma educação de qualidade. O que é reforçado por Redig; De Carvalho

Mascaro; Da Silva Dutra (2017, p.2), ao afirmar que, “Assim, destacamos a importância da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento visando proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico”.

O aumento da diversidade na sala de aula, como alunos com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou transtornos do espectro do autismo. Cada aluno tem características individuais, necessidades específicas e diferentes estilos de aprendizagem. Portanto, os professores devem estar preparados para lidar com essas diferenças para garantir o acesso à educação de qualidade para todos.

Lei Brasileira de Inclusão de Deficientes (LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre questões da área da educação em sua cláusula 28 prevê funcionalidade compatível com a proposta de desempenho aqui apresentada, dentre outras providências, o profissional, ao tratar de assuntos para os quais a instituição necessite de garantia:

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...]

XIII - acesso à educação superior e a educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados a pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento (LEI NO 13.146, 2015).

A formação de professores começa na graduação e deve incluir disciplinas que abordem questões de educação inclusiva. É importante que os futuros professores tenham uma compreensão sólida das necessidades particulares de seus alunos e das estratégias de ensino adequadas para cada caso. Eles devem entender sobre as diversas necessidades AEE, para que, venha desenvolver habilidades para adaptar aulas e planejar atividades que atendam às necessidades de cada aluno.

Segundo, Zerbato, Vilarango e Santos (2021), existem dois tipos de profissionais:

Quanto à formação do educador especial, compreende-se que é possível dois perfis profissionais diferentes: possuir formação inicial de nível superior em Licenciatura em Educação Especial⁷ ou ter uma Licenciatura como formação inicial e formação continuada em nível de pós-graduação em Educação Especial em instituição devidamente registrada no Ministério da Educação (ZERBATO; VILARONGA; SANTOS; 2021, p. 6).

Além disso, os professores devem aprender a lidar com os problemas emocionais e sociais que os alunos com deficiência podem enfrentar. Empatia, paciência e sensibilidade são características importantes a serem desenvolvidas durante o treinamento. A educação continuada também desempenha um papel vital na formação de professores. É importante que ele se mantenha atualizado e aprenda continuamente as melhores práticas de ensino para a diversidade da educação especial.

Participar de cursos, palestras e seminários sobre o tema enriquecerá sua prática e aprimorará suas habilidades, além de trocar experiências com outros profissionais da área. Ter um professor qualificado para atuar na diversidade da educação especial no ensino fundamental também contribui para uma sociedade mais inclusiva. Ao proporcionar um ambiente acolhedor e respeitoso onde todos os alunos são valorizados e suas necessidades atendidas, os professores estão ajudando a quebrar barreiras e combater o preconceito e a discriminação.

A Importância do Profissional Capacitado na Educação Especial

O professor capacitado em educação especial no ensino regular é de fundamental importância para que seja garantida a igualdade de oportunidades e a inclusão dos estudantes com necessidades especiais. A presença desse profissional é essencial para que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Conforme descrito na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu art. 4º, no parágrafo 1º e 2º, que diz:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o

reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015).

Assim sendo, a educação inclusiva é um direito de todos e visa promover a participação ativa e plena de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e necessidades. Nesse sentido, é indispensável que o professor esteja preparado para lidar com a diversidade de alunos presentes em sala de aula, oferecendo adaptabilidade e estratégias de ensino que atendam às diferentes necessidades.

Segundo Pereira e Ximenes (2017), ao se falar em inclusão, torna-se necessário lembrar não apenas das diversidades, mas também de desigualdade. Ou seja, que além das diversas especificidades de cada aluno, há questões sociais que interferem na inclusão escolar. Sendo, a desigualdade social um assunto que deve caminhar junto com temas relacionados à exclusão ou à inclusão.

A formação específica do professor em educação especial fornece conhecimentos teóricos e práticos sobre as condições e especificidades dos estudantes com necessidades especiais. Além disso, capacita o docente a lidar com as demandas pedagógicas e emocionais desses alunos, promovendo uma aprendizagem efetiva e inclusiva.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, em seu art. 18, parágrafo 2º, afirma que:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

De modo geral, a presença do professor capacitado em educação especial no ensino regular corrobora para a construção de uma escola inclusiva, em que cada aluno seja respeitado em suas particularidades e potencialidades. Esse profissional auxilia na

identificação e avaliação das necessidades educativas especiais dos estudantes, planejando e adaptando materiais didáticos e estratégias de ensino de acordo com cada caso.

Além disso, o professor capacitado em educação especial atua em conjunto com os demais professores da escola, promovendo a troca de experiências e conhecimentos. Essa colaboração possibilita a construção de práticas pedagógicas inclusivas em toda a instituição, disseminando uma cultura de valorização da diversidade e respeito às diferenças.

Segundo Redig; De Carvalho Mascaró; Da Silva Dutra (2017), que acreditam que o mesmo deve acontecer com a comunicação entre as pessoas, através da reflexão crítica sobre a prática em sala de aula, os alunos se desenvolvem em sua prática, os professores refinam o que realmente funciona e reformulam atividades, buscando maior eficiência e aproveitamento da turma. De fato, é uma ação que precisa ser desenvolvida pelos professores no ensino fundamental II e no ensino médio, e não apenas pelos profissionais da Educação Infantil e ensino fundamental I. O trabalho inter-relacionado e colaborativo é essencial para a construção metodológica inclusiva.

Diante do exposto, sobre a importância do professor capacitado em educação especial no ensino regular. A Constituição Federal, por exemplo, estabelece em seu Artigo 205 que "a educação [...] deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, destaca a necessidade de formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado. Essa formação busca assegurar que o professor esteja preparado para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Portanto, a importância do professor capacitado em educação especial no ensino regular é inquestionável. Esse profissional desempenha um papel fundamental na construção de uma escola inclusiva, que estimula a participação de todos os estudantes e proporciona uma educação de qualidade para todos. Sua formação teórica embasa suas práticas pedagógicas, promovendo o respeito à diversidade e a igualdade de oportunidades para todos.

Atendimento Educacional Especializado

Muitos são os desafios interpostos aos sistemas ou redes públicas de ensino na implantação da política de inclusão escolar no Brasil, a qual garante a matrícula do PAEE na classe comum.

No entanto, certamente, é com a geração de condições favorecedoras ao seu acesso a níveis mais elevados de ensino, com aprendizagem, que a preocupação tem recaído, posto o ingresso não esgotar o compromisso com a garantia do direito a educação de qualidade para todos (OLIVEIRA; PRIETO; 2020, p. 14).

O Atendimento educacional especializado – AEE, na escola e de suma importância para oferecer suporte ao professor e ao aluno em suas dificuldades e assim buscar soluções para resolver conflitos. O AEE está ligado diretamente a uma educação inclusiva e tornando-se de suma importância a sua existência nas instituições de ensino. Segundo Ribeiro; e André (2018):

A parceria do professor regular com o professor do Atendimento Educacional Especializado se faz necessário para que ocorra a aprendizagem, visto que o professor do AEE possui o conhecimento técnico sobre aquela deficiência e o professor da classe regular possui a vivência com aquele aluno, sabe suas limitações e potencialidades por isso o trabalho deve ser realizado em conjunto (RIBEIRO; ANDRÉ; 2018, p. 4).

A criança com necessidades especiais necessita de um atendimento especializado em toda instituição de ensino, ou seja, faz-se necessário a escola disponibilizar um profissional para atender essa demanda e que seja compressivo para incluir essas crianças nas atividades e convívio escolar. Uma vez que cada criança com necessidade especial possui suas particularidades e necessidades, porem isso não torna a criança um ser excluído ou indiferente das outras crianças, ela pode aprender, ensinar e desenvolver habilidades como qualquer uma outra criança.

A necessidade de quebra de barreiras para um trabalho colaborativo é primordial pode ajudar a quebra de estigma. A professora da sala regular não entende a inclusão escolar, e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente, marca da descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele (BEDAQUE, p. 161. 2014).

Todas as redes de ensino precisam disponibilizar uma sala de recursos para o atendimento do AEE, essa sala serve para ser interventor no aprendizado em sala de aula regular. A verdade é que os professores têm essa certa dificuldade para se trabalhar com esses alunos, uma vez que as suas salas de aula são cheias, não se tem recursos, e a falta de professores capacitados para lidar com os diferentes tipos de necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esse estudo, tornou-se evidente que a grande maioria dos profissionais de educação não se encontram preparados para receber em sua sala uma criança com necessidade especial, para que ela seja incluída aos demais alunos. Visto que, cada deficiência requer um tipo de capacitação diferente do professor, o que demanda uma carga maior de estudos por parte dele. Diante do exposto, faz-se necessário uma maior preparação acadêmica para esse profissional desde a graduação.

Sendo assim, conclui-se que os profissionais de educação, estão sendo submetidos a uma situação na qual quem sente o prejuízo são os alunos, pois, ao invés de serem incluídos a unidade escolar, findam por serem excluídos devido suas necessidades especiais. E a sociedade por não receber um indivíduo capaz de agir da forma como se esperam.

Além disso, segundo a maioria dos estudiosos o graduando deveria sair da universidade plenamente preparado para suprir a necessidade que a pessoa com deficiência almeja, e o que as famílias desejam quando procuram a unidade escolar para matricular seu filho portador de algum tipo de deficiência seja ela qual for.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

BRASIL. **Ato 2015-2018/2015/lei/113146**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>.

BRASIL. **LDB 9394-1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR CAPACITADO PARA O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR. Daiane Alencar Ferreira; Joseane de Souza Neves; Zilma Cardoso Barros Soares. JNT -Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2023.FLUXO CONTÍNUO – MÊS DE SETEMBRO Ed. 45. VOL. 1. Págs. 104-116. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Recuperado em 14 de abril de 2018 de 2018. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.o 2, de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_CEB0_1.pdf?query=LICENCIATURA>.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atuação com a Diversidade do Público-Alvo da Educação Especial 1. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 343-360, 2020.

PEREIRA, Bruna Fernanda Pacheco; XIMENES, Lenir Gomes. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR DO EDUCADOR DA ESCOLA PÚBLICA. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017.

REDIG, Annie Gomes; DE CARVALHO MASCARO, Cristina Angélica Aquino; DA SILVA DUTRA, Flávia Barbosa. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa? **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017.

RIBEIRO, Ana Luiza Barcelos; ANDRÉ, Bianka Pires. REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE ATUAM COM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 2, p. 681-694, 2018.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0196, 2021.